

ORGANIZAÇÃO
ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO
JÚLIA LOMBARDI CARNEIRO
MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS
ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

BOLETIM DO PORTAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA 3



© 2024

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

Editor Responsável: André Elias Morelli Ribeiro

Revisão final: André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro

Capa: André Elias Morelli Ribeiro e Neil Ângelo Santos, com auxílio de imagens geradas por inteligência artificial (DALL-E 3)

Projeto gráfico e diagramação: André Elias Morelli Ribeiro

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Pâmella Priscilla Negrão
Braga CRB-7/6062

B688 Boletim do Portal da História da Psicologia 3. / Organização
 André Elias Morelli Ribeiro et. al. – Rio das Ostras, RJ: 2024.
 p.219 : em PDF.

E-book.

ISBN: 978-65-997325-4-6

DOI: 10.5281/zenodo.14511624

Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Brasil - História. 2. Psicologia I. Ribeiro, André Elias Morelli Ribeiro (Organizador). II. Carneiro, Julia Lombardi (Organizador). III. Marcus Vinicius do Amaral Gama Santos (Organizador). IV. Ferreira, Arthur Arruda Leal (Organizador). V. Título

CDD 150.9

Sumário

Tradução

Universalismo e Indigenização na História da
Psicologia Moderna...13

Verbetes

William James...45

O Caso dos Irmãos Reimer...84

Experimento de Aprisionamento de Stanford...107

Teste de Apercepção Temática (TAT)...136

John E. Douglas...166

CAPS Clarice Lispector...184

Resenha

Locuras en Primera Persona, de Rafael Huertas...197

Sobre os Autores...209

Universalismo e Indigenização na História da Psicologia Moderna

Kurt Danziger

Tradução de Emanuelle Mesquita Alves da Fonseca e André Elias Morelli Ribeiro

Publicado originalmente em: Danziger, K. Universalism and indigenization in the history of modern psychology. In A. C. Brock (Ed.). Internationalizing the history of psychology. New York University Press, 2006, pp. 208-225. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18574/nyu/9780814739082.003.0015>

O problema da coerência na história da psicologia moderna

Nenhum estudo histórico, seja de psicologia ou de outra área, jamais consiste apenas em um amontoado de fatos não relacionados. Sempre há alguma unidade temática que liga os fatos. Eles todos podem ter alguma relação com uma pessoa em particular, por exemplo, ou uma escola de pensamento, ou talvez algum tipo de prática psicológica. Sem tal princípio conectivo, ninguém seria capaz de especificar qualquer história acerca de qualquer conjunto de fatos históricos.

De onde vem essas conexões temáticas? Diferentemente da massa de informações históricas assentadas em arquivos empoeirados, esperando para serem coletadas, tais conexões temáticas do discurso histórico precisam ser construídas pelo historiador. Não que, em algum momento, elas tenham sido construídas arbitrariamente. Na maioria dos casos, os historiadores seguem as pegadas de seus predecessores e adotam os princípios

conectivos que se tornaram incontrovertidos segundo a tradição. Para serem plausíveis, esses princípios precisam também aparecer para poderem corresponder aos “laços” naturais do mundo o qual a história está explorando. Indivíduos que estiveram atuando como psicólogos, por exemplo, constituem tais laços naturais. Pode-se escrever suas biografias ou uma narrativa de suas contribuições, sem que seja necessário pensar duas vezes sobre as propriedades do tema conectivo de sua escolha.

Mas nem todos os temas são tão diretos. A maioria das conexões possuem bordas mal delimitadas, e requerem decisões acerca do que incluir e do que excluir. Essas decisões afetam, inevitavelmente, a definição do assunto da história. Quanto mais voltamos no tempo, mais incontroláveis essas decisões se tornam (Smith, 1988).

Entretanto, na era moderna, durante a qual a psicologia tornou-se uma disciplina praticada por profissionais que se enxergavam como cientistas e operadores de processos técnicos considerados científicos, constituiu-se uma base institucional sólida na forma de laboratórios, clínicas, jornais científicos, processos de reconhecimento, conferências organizadas com regularidade, associações profissionais, entre outros. Ainda que os formatos dessas instituições tenham variado bastante de um país para outro, eles mantinham similaridade genérica suficiente para prover ao menos uma justificativa plausível para tratar a história da psicologia moderna como um tópico unitário ou unificado.

Surpreendentemente, histórias da psicologia moderna raramente enfatizaram os recursos institucionais de tal unidade na mesma medida em que o tópico o possuía. Para que isso fosse

realizado, se deveria sugerir que os fatores constituintes da psicologia como uma disciplina seriam externos ao contexto do conhecimento psicológico. O que a maioria das histórias da psicologia moderna preferem sugerir, entretanto, é que a existência da disciplina depende de uma coerência intrínseca do seu referido assunto. Isso se dá porque tais histórias têm sido vendidas como anúncios na socialização profissional dos aspirantes a membros da disciplina. A suposição da coerência intrínseca do assunto é uma importante força unificadora contrária às perigosas tendências centrífugas testemunhadas pela comunidade profissional.

Quando um conjunto particular de informação histórica é apresentada sob um grupo de máscaras como história da psicologia moderna, há uma clara implicação de que tudo nesse conjunto está ligado, como uma reflexão de um aspecto complexo, mas, na última instância, unitário e distinto do mundo natural. Contudo, há dois grupos de fatos que são ambos inegáveis e dificultantes para essa abordagem. Primeiramente, há uma evidente heterogeneidade do assunto “psicologia”. Ademais, há uma falta de unidade associada à dispersão territorial do assunto.

Em períodos diferentes, diferentes lugares foram proeminentes no acúmulo de conhecimento psicológico. e a natureza desse conhecimento foi, por vezes, profundamente divergente de um lugar para outro.

Como a historiografia da psicologia lidou com esses tipos de diversidade? A resposta curta é privilegiando certos aspectos do cenário histórico em detrimento de outros. Como pressuposto pela heterogeneidade do assunto, o exemplo clássico desse movimento é provido por E. G. Boring em *A History of Experimental Psychology*

(1950), onde as partes experimentais tradicionais da disciplina são o centro da atenção, e todo o resto se torna uma questão de interesse relativo periférico. Foi sugerido que essa inclinação estava ligada ao envolvimento do autor em políticas interdisciplinares, nas quais ele era representante do interesse dos experimentalistas (O'Donnell, 1979). Mais genericamente, a própria associação de historiadores com uma parte específica da disciplina provavelmente os conduzirá a comprometerem-se num papel centralizador e unificante, substituindo até a história de seu campo pela história do campo como um todo.

Isso certamente se aplica ao modo ao qual a diversidade nacional é manejada em interpretações-padrão da história da psicologia. Tais descrições geralmente apresentam a psicologia moderna como originária na Europa no final do século dezanove, posteriormente e pouco a pouco indo para os Estados Unidos, e possivelmente submetida a algum crescimento no resto do mundo na parte final do século vinte. Essa interpretação é mais notável pelo que exclui do que pelo que inclui. Sua tendência é descrever a circulação internacional do conhecimento psicológico em termos quantitativos e geográficos. Há um forte crescimento em um lugar, os Estados Unidos, um crescimento lento em algumas partes do mundo e extraordinários altos e baixos em outros, especialmente na Europa e parte da Ásia Oriental. Se o progresso for equiparado ao crescimento, houve certamente um progresso, ainda que a maior parte dele tenha sido proporcionado por apenas um único país. Isso torna fácil de equivaler o progresso da psicologia com seu progresso nos Estados Unidos e à apresentação de uma trajetória histórica essencialmente linear.

Um problema com esse esquema linear é que a disciplina psicologia não se desenvolveu a partir de uma única semente que brotou num local específico. Se caso se desejasse traçar as raízes da psicologia moderna, seria necessário não somente ir ao laboratório de Wundt em Leipzig, mas também ao laboratório antropométrico de Galton em Londres, à clínica de Charcot em Paris, ao Escritório de Pesquisa de Estratégias de Vendas do Instituto de Tecnologia Carnegie, em Pittsburgh, entre tantos outros lugares. Diferentes versões da psicologia moderna apareceram mais ou menos ao mesmo tempo em um certo número de países. Nenhuma dessas versões sofreu uma fusão progressiva. Ao contrário, durante as três décadas entre 1915 e 1945 a diferença entre diferentes psicologias nacionais não se estreitou, mas alargou-se.

É certamente verdade que o intercâmbio internacional foi uma característica da psicologia moderna desde o começo. Assim que os primeiros laboratórios apareceram, estudiosos de outros países começaram a visitá-los. Alguns vieram por pouco tempo, outros permaneceram por anos e obtiveram doutorados ao final de seu período de visita. Livros didáticos da nova ciência foram traduzidos para outras línguas, aparatos e equipamentos experimentais foram copiados em outros países e logo o Congresso Mundial de Psicologia estava sendo agendado para acontecer em intervalos regulares.

Mas a mesma disciplina exibiu um profundo localismo em praticamente todas as contribuições significativas, de modo que eram profundamente marcadas pelo contexto cultural de seus locais de origem e que, posteriormente, não seriam transportadas facilmente para outros locais. Antes da Segunda Guerra Mundial,

houve diferenças bastante notáveis no tipo de conhecimento psicológico predominante em cada localidade. Essas diferenças foram referidas em termos de diferenças entre “escolas” de psicologia, sendo o uso do termo “escolas” como um meio de mascarar o fato de que havia um desacordo fundamental sobre o assunto da psicologia e o modo apropriado de estudá-lo. Todas essas escolas tiveram raízes sem dúvidas locais, e as tentativas de se fazer proselitismo eram frequentemente malsucedidas. A predominância relativa dessas escolas variava de país para país e sua “exportabilidade” variava consideravelmente. A Alemanha foi o lugar onde a *Ganzheitspsychologie* (psicologia holística) floresceu, da qual a Psicologia da Gestalt provou ser a única versão exportável. O Behaviorismo foi um fenômeno americano que não foi levado a sério em lugar nenhum até aquele momento. A psicologia britânica foi reconhecida pela sua forte tradição de avaliação mental e o tipo de psicologia de faculdades que a sustentava, contudo, apesar de ter sido exportada para a América do Norte e para a *Commonwealth*, foi rejeitada ou alterada a ponto de ficar totalmente diferente em outros lugares. Diferenças nacionais de estilo ocorreram não meramente no nível das teorias e conceitos, mas também no nível da prática de pesquisa. A investigação psicológica paradigmática parecia diferente quando se viajava de uma escola nacional para outra.

Ainda assim, todas as escolas de psicologia tornaram explícita ou implícita sua reivindicação de uma validade universal. O que todas elas concordavam era acerca da existência de uma realidade psicológica subjacente, e que havia formas certas e erradas de compreender tal realidade. Simplesmente diferiam sobre qual era o modo certo e o errado. Ironicamente, a escola de psicologia

predecessora à guerra que fez a reivindicação mais forte de universidade, a psicanálise, frequentemente encontrava-se fora dos limites da psicologia como disciplina.

A geografia intelectual do centro e da periferia

Após a Segunda Guerra Mundial, tais diferenças tornaram-se menos pronunciadas ou desapareceram, para serem substituídas por uma síntese neobehaviorista, originada nos EUA, que prescrevia como a pesquisa psicológica empírica se desenvolveu, como questões de pesquisa foram formuladas e que tipo de dados eram cientificamente relevantes. A posição de liderança dos Estados Unidos em termos quantitativos de produção de conhecimento já havia se estabilizado, mas por volta de, aproximadamente, 1940 essa liderança tornou-se imbatível. Os recursos sociais que sustentavam a pesquisa e a prática psicológicas eram muito superiores às existentes no resto do mundo. Tais fatores associados à economia americana e o expansionismo político, levaram a situação a um padrão de intercâmbio internacional de conhecimento psicológico que era bem diferente do que existia anteriormente no referido século. Ao invés de uma circulação limitada entre um número aproximado de centros autônomos, agora encontramos uma considerável livre circulação entre um centro e outros centros mais ou menos autônomos, de tal modo que se formou uma certa periferia ao redor do centro “verdadeiro”.

Durante o a segunda metade do século XX, o fluxo internacional de conhecimento científico psicológico avançou rapidamente, devido à regularidade das conferências internacionais,

à circulação massiva de revistas especializadas e a propaganda dos livros didáticos, às missões de pesquisa de personagens bem estabilizados para ensinar psicologia no exterior, ao treinamento de graduação de um grande número de estudantes estrangeiros, pesquisas colaborativas internacionais e vários contatos relativamente informais. Ocorreu uma circulação de pessoas, muitas viagens e um fluxo inegável de informação. Contudo, a maior parte desse fluxo não era tanto uma troca entre centros locais mais ou menos semelhantes, mas, essencialmente, um fluxo unidirecional de um recurso nacional para determinados receptores nacionais. No Ocidente, a fonte foi, indubitavelmente, os Estados Unidos, e os receptores eram encontrados em lugares variados no resto do mundo que não estavam sob a esfera Soviética de influência. Havia também algumas outras circulações, mas eram ofuscadas por este efeito maior. Em outras palavras, o fluxo do conhecimento psicológico foi essencialmente assimétrico. (Tal fato também se aplica à esfera de influência soviética, ainda que, em psicologia, a quantidade de atividades fosse mínima se comparada ao Ocidente.) Em ambos os casos, havia uma central geográfica e uma periferia, e o fluxo de informação era, majoritariamente, no sentido centro-periferia, e não o contrário. No Ocidente, se psicólogos de fora dos Estados Unidos permanecessem pobremente informados acerca do desenvolvimento americano, eles arriscariam sofrer uma perda de seu nível profissional, ao passo que psicólogos americanos habitualmente ignoravam o trabalho realizado em outros lugares, sem qualquer consequência.

Este estado de coisas chegou ao seu extremo nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial. (A Alemanha foi

uma exceção parcial, porque o legado de seu passado recente impôs um certo atraso antes que ela também se alinhasse). A consequência foi um grau sem precedentes de homogeneização internacional no que se refere ao conhecimento psicológico científico.

O fato de existir, dentro da disciplina, um centro geográfico reconhecido, impôs uma estrutura particular à historiografia (Danziger, 1991). Livros didáticos americanos acerca da história da psicologia poderiam ignorar, essencialmente, tudo para além dos limites dos Estados Unidos, e ainda reivindicar, com certa plausibilidade, a apresentação não de uma história da psicologia americana, mas a história da psicologia moderna em si mesma. Embasamentos com narrativas de outras nacionalidades, por outro lado, teriam de contentar-se com a fama de histórias meramente locais.

Além disso, o esquema de centro e periferia foi aplicado metaforicamente à estrutura interna da disciplina. Certas áreas dela, geralmente envolvendo compromissos metodológicos específicos, foram designadas como áreas “básicas” ou “centrais”, e outras como áreas de “aplicação”. Nas áreas centrais, a pesquisa experimental deveria descobrir princípios universais do funcionamento psicológico, enquanto nas áreas periféricas procedimentos menos rigorosos poderiam ser suficientes para estudar as manifestações locais desses princípios. Os princípios básicos sempre foram concebidos como a-sociais e a-históricos, e sua investigação geralmente era conduzida de maneira descontextualizada. Exemplos desses princípios são as chamadas leis da aprendizagem ou os princípios da cognição. Supõe-se que não há nada intrinsecamente social sobre essas leis e princípios; eles

são considerados aplicáveis a organismos individuais e mentes individuais, independentemente do contexto social da aprendizagem ou da cognição. Assume-se desde o início que as leis da aprendizagem e os princípios da cognição são os mesmos em todos os lugares e em todos os tempos. Eles possuem o mesmo tipo de universalidade das leis e princípios da química. No entanto, assim como na química, as condições locais podem afetar os resultados de sua aplicação. Na psicologia, essas condições locais são geralmente de natureza social.

Assim, obtemos um modelo dualista: por um lado, processos básicos que são considerados características inerentes aos organismos individuais e mentes individuais; por outro lado, condições sociais locais que afetam as manifestações específicas desses processos. O núcleo da ciência psicológica é constituído pela investigação de processos básicos universalmente válidos; o estudo da psicologia humana no contexto social e histórico, no entanto, é considerado periférico a esse esforço central, sendo menos importante porque seus resultados não são universalmente generalizáveis.

Sempre houve um paralelismo muito marcado entre o núcleo e a periferia no nível geográfico e no nível do conteúdo disciplinar. Aqueles na periferia geográfica geralmente não tinham os recursos para realizar grandes investigações de processos básicos. Esse tipo de coisa geralmente permanecia como prerrogativa dos que estavam no centro geográfico. Os que estavam na periferia geográfica, tipicamente tinham que se contentar em estar também na periferia científica. Se reivindicassem a validade universal para suas descobertas, poderiam esperar que essas reivindicações fossem

ignoradas. Mas, com frequência, eles não faziam tais reivindicações; aceitando a liderança de um centro distante, atribuíam ao seu próprio trabalho uma importância puramente periférica em termos da disciplina como um todo. Eles adotariam as categorias conceituais e os imperativos metodológicos do centro e fariam o melhor para aplicá-los em condições locais que diferiam profundamente daquelas que prevaleciam no centro. Eles estavam sujeitos às limitações impostas pelo que às vezes foi chamado de "consciência emprestada" (Easton, 1991).

Em nenhum lugar isso foi mais evidente do que nas regiões coloniais, quase-coloniais e pós-coloniais do mundo. A exportação do conhecimento psicológico moderno para essas áreas começou em pequena escala após a Primeira Guerra Mundial e, ocasionalmente, até mesmo antes disso. Na última parte do século, essa exportação gradualmente ganhou impulso e mudou de conteúdo. A posição dominante das exportações americanas, já um fato na Europa Ocidental, tornou-se ainda mais marcante na maior parte do resto do mundo. Uma enxurrada de estudantes de pós-graduação da Ásia, América Latina e da *Commonwealth* britânica recebeu sua formação profissional nos Estados Unidos e, muitas vezes, retornou aos seus países de origem para ensinar e praticar o que haviam aprendido em contextos acadêmicos ou não acadêmicos. Os prestigiados periódicos da disciplina eram publicados e editados na América, e estudiosos ambiciosos de outros países almejavam publicar lá, enquanto o processo inverso era quase inexistente. Fundos para pesquisa em países em desenvolvimento, distribuídos por agências americanas, frequentemente eram as únicas fontes viáveis de apoio à pesquisa

nesses países. Devido a essa extrema assimetria de recursos, o padrão do que constituía uma boa pesquisa e prática psicológica científica continuava a ser fornecido por exemplares americanos. Presumia-se que as categorias conceituais e as práticas de pesquisa que haviam evoluído historicamente dentro da psicologia americana forneceriam acesso às generalizações universalmente válidas que eram o objetivo da psicologia como uma ciência natural.

Mas essa transferência unidirecional de conhecimento psicológico de um centro dominante para uma periferia dispersa nem sempre ocorreu de maneira tranquila. Questionamentos localizados sobre a adequação das noções americanas de ciência psicológica aos diferentes locais eram frequentemente expressos e, em certos casos, essas dúvidas se solidificaram em tentativas articuladas de oposição que às vezes assumiam o caráter de um movimento. Um exemplo relativamente precoce disso ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, quando se buscou diferenciar uma "psicologia social europeia" de uma "psicologia social americana" (Moscovici, 1972).

Posteriormente, a resistência às forças de homogeneização surgiu com certa intensidade em vários países em desenvolvimento. O movimento adquiriu o nome de "indigenização da psicologia" que, nesse contexto, não se refere à "psicologia popular", das pessoas comuns, mas a uma tentativa consciente de desenvolver variantes da psicologia profissional moderna que estejam mais alinhadas com as condições dos países em desenvolvimento do que a psicologia ensinada nas instituições acadêmicas ocidentais. Os primeiros sinais desse movimento surgiram após o período de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial, alcançando

gradualmente alguma visibilidade global dentro da disciplina na década de 1980 (Moghaddam, 1987; Kim e Berry, 1993; Sinha, 1997; Yang, 1997).

Embora parte do programa da moderna psicologia indigenista possa envolver uma maior abertura para tradições locais pré-modernas, tanto acadêmicas quanto populares, o movimento de indigenização em si é inequivocadamente um fenômeno da psicologia moderna. Uma crítica às doutrinas e práticas psicológicas ocidentais contemporâneas forma o ponto de partida das reformas propostas; os defensores das reformas foram treinados e certificados profissionalmente por instituições acadêmicas ocidentais, e a maior parte do discurso público sobre psicologia indigenizada é conduzida por meio de canais profissionais regulares (Allwood e Berry, no prelo). Em alguns casos, a indigenização envolve mudanças relativamente superficiais nas práticas disciplinares recebidas. Variáveis anteriormente não reconhecidas da psicologia da personalidade da psicologia social podem ser adicionadas àquelas investigadas no Ocidente, ou a pesquisa pode ser direcionada a problemas e áreas problemáticas anteriormente negligenciadas ou esquecidas. Mas, em outros casos, as mudanças decorrentes da indigenização são mais profundas, levando a uma reestruturação fundamental dos métodos de pesquisa psicológica (Smith, 1999) e à substituição das categorias e conceitos psicológicos tradicionais por alternativas aparentemente incomensuráveis (Enriquez, 1987, 1993; Nsamenang, 1992, 1995).

Ecos históricos da indigenização

A partir da literatura mais recente sobre indigenização, tem-se a impressão de que este é um fenômeno relativamente novo na história da psicologia moderna. É verdade que a identificação e o nome do fenômeno são novos, o que indica um grau de reflexividade característico desta forma mais recente de indigenização. Mas o processo agora descrito como "indigenização" é algo que tem sido uma característica da psicologia moderna desde seus primeiros dias. O que se tornou a ciência universalista da psicologia tinha suas raízes em distintas tradições locais de ciência e filosofia na Europa do século XIX. A biologia evolutiva britânica, a psiquiatria francesa e a fisiologia experimental alemã deram origem a diferentes maneiras de conceituar e investigar a subjetividade humana cientificamente (Danziger, 1990), e a exportação de cada uma dessas formas de psicologia foi sempre acompanhada por considerável modificação da coisa original. Esse processo tinha alguns elementos em comum com o que agora se refere como indigenização, mas quando se passa da circulação de conhecimento psicológico de dentro da Europa para a exportação desse conhecimento para os Estados Unidos, encontra-se a indigenização em uma escala maciça.

Comparar a exportação da psicologia experimental da Alemanha para os Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX com a exportação da psicologia dos Estados Unidos para as áreas colonizadas pelas potências no final do século XX é instrutivo. Em ambos os casos, a transferência de conhecimento foi unidirecional, de uma fonte academicamente mais prestigiosa para a

periferia do mundo acadêmico. Também em ambos os casos, os estudantes avançados foram os principais agentes dessa transferência. (Os livros didáticos desempenharam algum papel no caso anterior, mas não tanto quanto mais tarde, em parte por problemas de idioma e em parte porque as editoras de livros didáticos ainda não haviam se tornado uma força econômica significativa.) Então, como agora, o fluxo de estudantes de psicologia fazia parte de um fluxo muito mais amplo que cobria praticamente todas as disciplinas acadêmicas. A Universidade de Göttingen, por exemplo, matriculou mais de mil estudantes americanos entre o final do século XVIII e o início do século XX (Sokal, 1981, p. 2) — um total impressionante em relação ao número de estudantes naquele período. Foram publicados guias para uso e auxílio dos estudantes americanos, que, em meados do século XIX, haviam estabelecido uma colônia quase oficial com suas próprias regras, regulamentos e rituais (Sokal, 1981, p. 2). Em psicologia, o fluxo de estudantes americanos começou quase assim que Wilhelm Wundt estabeleceu o primeiro laboratório de psicologia experimental, na Universidade de Leipzig em 1879. Entre os estudantes de Wundt que posteriormente desempenharam um papel fundamental no estabelecimento da psicologia experimental nos Estados Unidos estavam James McKeen Cattell, Edward B. Titchener, Hugo Münsterberg, Frank Angell, Edward W. Scripture e Lightner Wittmer (Tinker, 1980). Todos esses completaram doutorados em Leipzig, mas houve muitos, frequentemente um pouco mais velhos, que passaram um tempo em Leipzig e em outros lugares na Alemanha sem se preocupar com a formalidade de um

doutorado. Stanley Hall, William James e James Mark Baldwin são alguns desses exemplos.

Depois que este grupo retornou aos Estados Unidos, fundaram laboratórios tomando o modelo de Wundt, equipados com aparelhos que foram importados da Alemanha ou copiados de modelos alemães. Inspirado pela revista que Wundt começou a publicar em 1880, o *The American Journal of Psychology* apareceu em 1887, seguido por outros alguns anos depois. Nas páginas dessas revistas, havia relatos de investigações experimentais cujos problemas e métodos eram muito semelhantes aos de seus modelos alemães. O número de laboratórios de psicologia nos Estados Unidos expandiu-se muito rapidamente, e muitos dos alunos de Wundt rapidamente começaram a treinar a próxima geração de experimentalistas que dominaram o campo no início do século XX.

Mas, apesar da enorme influência inicial da psicologia experimental alemã, a psicologia americana logo tomou um rumo muito diferente e se desenvolveu ao longo de linhas que eram realmente antitéticas à visão da psicologia científica que havia motivado o trabalho de pessoas como Wundt (Rieber, 2001). Na década de 1920, muitos psicólogos americanos passaram a considerar o tipo de experimentalismo que havia sido importado da Alemanha como um modelo de como não fazer psicologia, e logo a figura de Wundt, outrora altamente respeitado como um dos pais fundadores, passou a representar a alternativa negativa para uma disciplina que estava desesperadamente tentando estabelecer suas credenciais científicas na América. Após um período relativamente breve de colonialismo acadêmico, a psicologia americana tornou-se verdadeiramente indigenizada.

É natural que, quando uma ciência é transplantada de uma parte do mundo para outra, haja alguma mudança de prioridades, alguma alteração nos tópicos que recebem mais atenção e certas modificações e adaptações nas técnicas consideradas mais adequadas. Alguns considerariam que isso constitui indigenização. Mas eu duvido que precisemos de uma categoria especial para descrever tais eventos cotidianos que não levantam questões fundamentais para a historiografia da ciência. No entanto, a transformação da disciplina da psicologia ao longo de sua migração transatlântica parece levantar tais questões. Em primeiro lugar, esta foi uma transformação que mudou o próprio objeto que a ciência se propôs a investigar.

A psicologia experimental foi inventada na Alemanha como uma investigação sistemática da consciência individual com o auxílio de um aparato de instrumentos padronizados da física. Logo surgiram diferentes visões sobre as categorias mais apropriadas para conceituar a vida da consciência individual, mas em todos esses debates havia um acordo tácito sobre o objeto a ser investigado, que permanecia sendo a mente consciente individual. Por consequência, também havia uma concordância básica de que os dados da psicologia experimental deveriam ser baseados em autorrelatos, embora isso não excluísse discussões sobre os limites do que constituía um autorrelato cientificamente admissível.

Nem o objeto científico original da psicologia moderna nem seu método preferido de coleta de dados sobreviveram por muito tempo à migração transatlântica. Certamente houve corajosas tentativas de reproduzir algo como a psicologia da consciência alemã nos primeiros laboratórios americanos. Mas isso não foi o que

forneceu o combustível para o avanço meteórico da nova ciência na América. Isso dependia da abertura de campos completamente diferentes para o exercício da *expertise* psicológica, tais como o estudo infantil, a educação, a psicologia clínica, a ergonomia, a seleção de pessoal e, de forma mais geral, o estudo científico das diferenças individuais. Curiosamente, alguns desses campos foram iniciados pelos mesmos indivíduos que haviam ido aprender com os mestres alemães alguns anos antes. E não demorou muito para que algumas das figuras mais proeminentes da psicologia americana comesçassem a levantar dúvidas, não apenas sobre o valor de definir o objeto primário investigado pela psicologia em termos de consciência, mas também sobre o valor da coleta de dados baseada em autorrelatos (Cattell, 1904; James, 1904). Pouco antes da Primeira Guerra Mundial, esse processo gradual de indigenização deu origem a uma forma mais radical de movimento, um movimento que se autodenominava "behaviorismo".

A disciplina da psicologia que emergiu desse movimento baseava-se na negação da maioria das características que definiram a disciplina em sua configuração anterior na Europa Central. O comportamento observável substituiu a consciência interna como objeto principal de investigação psicológica; a psicologia tornou-se "a psicologia do outro", como disse um dos primeiros behavioristas (Meyer, 1921), e as "respostas" cuja forma e significado eram determinados pelo investigador, não pelo sujeito, tornaram-se a única fonte de dados psicológicos legítimos.

Estavam bastante relacionadas a essas mudanças as alterações nos interesses do conhecimento da disciplina. Em sua primeira configuração, a psicologia experimental tinha como

objetivo compreender questões epistemológicas por meio de métodos empíricos: a natureza *a priori* da percepção espacial, por exemplo, ou a transformação da energia física em experiência sensorial. Wundt, sua figura mais proeminente, foi um prolífico contribuidor da literatura filosófica de sua época e não escondia sua forte oposição à ideia de psicologia como uma ciência prática ao invés de filosófica (Wundt, 1909). No entanto, com uma ou duas exceções, seus alunos americanos não demonstraram interesse em compartilhar suas preocupações filosóficas e passaram a se engajar em vários projetos práticos assim que se estabeleceram de volta ao seu país de origem. Cattell, que havia se tornado assistente oficial de Wundt durante sua estadia na Alemanha, logo se tornou um fornecedor de instrumentos para medir diferenças individuais, os "testes mentais" [*mental tests*]. Muitos dos alunos americanos de Wundt partiram para aplicações práticas da psicologia que não eram exatamente o que ele havia imaginado para a nova ciência. Witmer fundou a primeira clínica psicológica; Judd enveredou pela psicologia educacional; Scripture estudou distúrbios da fala, e assim por diante.

Isso não quer dizer que tendências semelhantes não ocorressem entre alguns dos alunos alemães de Wundt. Ernst Meumann, por exemplo, outro de seus assistentes, acabou se tornando um psicólogo educacional com uma forte orientação prática e recebeu a desaprovação de seu mentor. Mas a disseminação da psicologia aplicada encontrou muitos obstáculos na Alemanha e só teve sucesso sob os nazistas na área específica da psicologia militar (Geuter, 1992). Em 1929, a Sociedade Alemã de Psicologia publicou um protesto contra a tendência de reduzir o número de

posições acadêmicas em psicologia em favor da filosofia. Mas defendeu a psicologia em termos de seu valor filosófico, não prático: “A influência recíproca entre a psicologia e a filosofia tornou-se cada vez mais forte, especialmente em relação à fenomenologia, à epistemologia e à teoria dos valores” (Bühler et al., 1930). Nessa época, havia pouca coincidência entre o conteúdo da disciplina de psicologia na Alemanha e nos Estados Unidos.

Rumo a uma história policêntrica

Ao final da Segunda Guerra, o sistema mundial de uma disciplina já seriamente fragmentada havia colapsado, sendo substituído por um sistema em que ainda havia diferenças locais, mas em que uma variante local específica constituía o centro inquestionável da disciplina. Todo o resto era uma espécie de periferia, como descrito na segunda seção deste capítulo. Essa situação forneceu uma legitimação convincente para uma historiografia da psicologia moderna que se concentrava na história da psicologia americana, e tratava todo o resto em termos de sua relação com essa narrativa central.

A história da psicologia moderna parece ser marcada por tensões recorrentes entre as reivindicações da disciplina sobre a universalidade de seu conhecimento e as diferenças, por vezes profundas, entre os tipos de conhecimento produzidos em diferentes locais. Na medida em que a psicologia é considerada como a ciência capaz de fornecer conhecimento sobre a natureza universal dos indivíduos humanos, os locais onde esse conhecimento é obtido não têm importância intrínseca para o

próprio conhecimento. No entanto, na medida em que a psicologia é vista como um projeto social que produz conhecimento localmente fundamentado, as características dos locais de produção desse conhecimento tornam-se bastante importantes. O conhecimento localmente fundamentado tende a ter tipos diferentes, conforme as diferenças entre os locais de produção de conhecimento são profundas. Mas, se tais diferenças são consideradas irrelevantes para a natureza universal do conhecimento psicológico, que é o mesmo em toda parte, então torna-se muito fácil identificar um tipo de conhecimento socialmente limitado e o que é verdadeiramente universal.

Se esse erro deve ser evitado, então os locais onde o conhecimento psicológico é produzido devem ser levados muito mais a sério, não simplesmente como localizações geográficas, mas como locais de diversidade cultural e socioeconômica. Mas o reconhecimento da relação entre os resultados da produção do conhecimento psicológico e o contexto local para essa produção representa apenas um primeiro passo. Se não formos além, acabaremos com uma multiplicidade de histórias locais que geralmente não têm mais do que um interesse paroquial. Essa romantização daquilo que é local constitui um lado da moeda; já o triunfalismo universalista representa o outro lado. Ambos precisam ser substituídos por um foco na interligação de influências locais, nas inter-relações mutáveis entre centros, que têm constituído a história mundial do assunto no período moderno. O verdadeiro desafio para o historiador é fazer justiça ao fato de que, desde o início, a psicologia moderna dependia tanto de diversos locais para

seu cultivo quanto de uma troca internacional organizada de conhecimento psicológico, prática e academia.

As relações internacionais sempre desempenharam um papel importante na formação da psicologia moderna, uma situação que se refletiu na historiografia da psicologia apenas na medida em que se adota uma perspectiva global. Mas a tradição de apresentar a história disciplinar em termos de “contribuições” para um único assunto levou à negligência das relações mutáveis entre os centros locais de produção científica do conhecimento psicológico. O que uma história “policêntrica” revela é um mundo de objetos e práticas psicológicas contestadas, imposições e resistências bem-sucedidas e malsucedidas, adaptações seletivas e uma incorporação de valores locais aos quais frequentemente se atribui validade universal. O termo “indigenização” fornece um rótulo conveniente para esse complexo conjunto de relações.

A indigenização na emergência da transferência internacional de conhecimentos psicológicos ocorreu ao longo de toda a história da psicologia moderna. Ela levou a mudanças significativas em conceitos e teorias psicológicas, na escolha e formulação de problemas psicológicos, e nos métodos aplicados à solução desses problemas. Às vezes, teve um resultado espetacularmente bem-sucedido, como foi no caso germano-americano; em outras, o resultado foi incerto, como o que ocorre atualmente em muitos países em desenvolvimento. Uma historiografia que seja adequada ao curso desses eventos deve necessariamente adotar um ponto de vista policêntrico. Ela deve trabalhar com categorias que busquem perceber as inter-relações entre os diferentes centros, em vez das características dos centros

considerados isoladamente. A migração intelectual é talvez a mais óbvia dessas categorias, não apenas em referência a pessoas, mas, mais significativamente, em relação a conceitos e práticas. O que aconteceu com os conceitos, teorias e procedimentos psicológicos quando se tentou transplantá-los? Por que alguns deles se mostraram viajantes muito melhores do que outros? Como a viagem os mudou, às vezes além do reconhecimento? Quem os achou úteis e por quê? Existem histórias de transferências bem-sucedidas a serem contadas aqui, mas também histórias de mal-entendidos, traduções erradas, incompreensão total e hostilidade aberta que muitas vezes são mais elucidativas.

Em geral, uma compreensão policêntrica da história da disciplina favorece uma historiografia contextualista. Enquanto houve uma equação de uma verdade gerada localmente com a verdade como tal, a questão das raízes sociais dessa verdade provavelmente não seria levantada. Mas, com o fim do privilégio tanto no nível geográfico quanto conceitual, a inteligibilidade de relatos alternativos está em vê-los nos termos de seu contexto social. Para uma historiografia policêntrica, a questão de como caracterizar o contexto social torna-se crucial. Historiadores com formação em psicologia enfrentam um perigo particular aqui, devido à tendência, estabelecida de longa data da disciplina, de ignorar o contexto social da ação humana ou, mais recentemente, de representá-lo em termos de categorias mal analisadas e frequentemente mal aplicadas, como "cultura" e "ecologia". Há uma certa ironia no despertar da psicologia para a importância das diferenças culturais justamente quando as diferenças culturais tradicionais estão sendo erodidas em níveis sem precedentes e a hibridização cultural e a interpenetração

tornaram-se a norma (Hermans e Kempen, 1998). Aceito que referências a diferenças culturais possam ter um papel útil como uma espécie de abreviação para fatores complexos cuja análise completa requer tratamento separado. A reificação das culturas em termos de entidades geograficamente baseadas e essencialistas não tem mais lugar na ciência social séria (Kuper, 1999).

A tendência de conceitualizar o contexto social exclusivamente em termos de "cultura" quase invariavelmente anda de mãos dadas com uma tendência de ignorar a importância das relações de poder. Isso pode ser aceitável dentro da psicologia *mainstream*, mas não serve de base para o trabalho histórico, especialmente em um contexto internacional. É compreensível que uma interpretação das relações internacionais em termos de diferenças culturais, em vez de desigualdades de poder e recursos, deva atrair aqueles no que estão no centro privilegiado (tanto geograficamente quanto intelectualmente). Mas um relato histórico adequado também deve refletir as vozes da periferia que interpretam muitos aspectos da transferência assimétrica de conhecimento psicológico, em termos de "imperialismo cultural" ou "colonialismo intelectual" (Ho, 1988; Oommen, 1991), e que se ressentem da "exotização" das psicologias não ocidentais e do "orientalismo" que há muito tempo desfigura a representação de povos colonizados e anteriormente colonizados pela ciência social ocidental (Misra, 1996; Bhatia, 2002).

Outra dúvida, mas poderosa convenção da historiografia tradicional da psicologia é seu foco marcadamente disciplinar. A história da psicologia moderna é comumente identificada com a história da disciplina psicologia, onde seus limites são definidos por

estruturas organizacionais acadêmicas e profissionais, não pelo assunto em si. Se algum tópico é considerado parte da história da psicologia moderna, isso depende de sua aceitação por departamentos acadêmicos e associações profissionais. Mas isso também está sujeito a variações locais e temporais. Exemplos comuns de tópicos com *status* variável são a psicanálise, a grafologia, a parapsicologia e grande parte da psicologia social. No entanto, em vez de serem aceitos sem questionamento, os limites organizacionais e administrativamente impostos tornam-se um foco principal de investigação para uma historiografia policêntrica. As diferentes razões locais para a criação de tais limites, bem como seus efeitos históricos, constituem características importantes dos variados desenvolvimentos em diferentes partes do mundo. É claro, quando a construção histórica das fronteiras disciplinares se torna um objeto de investigação, a perspectiva de uma história puramente intradisciplinar precisa ser abandonada (Staeuble, 2004).

Uma historiografia policêntrica da psicologia teria que explorar a dependência histórica das categorias e procedimentos da psicologia científica em crenças culturalmente embutidas e em formas locais de prática institucionalizada (Danziger, 1997). Isso provavelmente reforçará as tendências existentes na direção de uma prática disciplinar menos autocrática e mais autorreflexiva. Mas o local é apenas um lado do processo histórico. O outro lado envolve a interação dos centros e a consequente emergência de entendimentos comuns, bem como a renovação da diferenciação. No passado, certas categorias geradas localmente do discurso psicológico eram frequentemente consideradas como as únicas descrições verdadeiras dos atributos universais de uma "natureza

humana" atemporal. Na medida em que foram incorporadas à metodologia a-histórica da chamada psicologia transcultural, tornaram-se imunes à refutação empírica. No entanto, uma abordagem diferente da história da psicologia oferece a possibilidade de outra perspectiva sobre a questão da universalidade dos fenômenos psicológicos. Em vez de considerar essa universalidade como garantida, pode-se tratá-la como um possível resultado de condições históricas específicas que estão abertas à investigação. "Significados transociais emergem não como resultado de truques metodológicos, mas de um verdadeiro processo histórico" (Stompka, 1990, p. 52).

A mudança de uma história linear unifocal para uma história policêntrica contextualizada socialmente não é uma questão de mero interesse de antiquário. Isso implica em um vínculo aprimorado entre a reflexão histórica e a prática atual, o que provavelmente reduzirá o alto nível de etnocentrismo que desfigura grande parte do que é considerado psicologia central. Ao incentivar uma verdadeira historicização do conhecimento psicológico, isso abriria as categorias e práticas da disciplina para possibilidades até então impensáveis (Shweder, 2000). Quem sabe um dia poderíamos até acabar com uma história da psicologia moderna que realmente contribua para o desenvolvimento futuro do conhecimento psicológico.

Referências

Allwood, C. M. and Berry, J. W. (in press). Origins and development of indigenous psychologies: international analysis. *International Journal of Psychology*.

Bhatia, S. (2002). Orientalism in Euro-American and Indian psychology: historical representations of “natives” in colonial and postcolonial contexts. *History of Psychology*, 5, 376-398.

Boring, E. G. (1950). *A history of experimental psychology* (2nd ed.). New York: Appleton- Century- Crofts.

Buhler, et al. (1930). *Kundgebung der deutschen Gesellschaft far Psychologie* In H. Volkelt (Ed.), Bericht uber der XI. Kongressfür experimentelle Psychologic in Wien 1929 (pp. vii-x). Jena: Fischer.

Cattell, J. McK. (1904). The conceptions and methods of psychology. *Popular Science Monthly*, 66,176-186.

Danziger, K. (1990). *Constructing the subject: historical origins of psychological research*. New York: Cambridge University Press.

Danziger, K. (1991). Introduction: special issue on new developments in the history of psychology. *History of the Human Sciences*, 4, 327-333.

Danziger, K. (1997). *Naming the mind: how psychology found its language*. London: Sage.

Easton, D. (1991). The division, integration and transfer of knowledge. In D. Easton and C. S. Schelling (Eds.), *Divided knowledge: across disciplines, across cultures* (pp. 7-36). Newbury Park, GA: Sage

Enriquez, V. G. (1987). Decolonizing the Filipino psyche: Impetus for the development of psychology in the Philippines. In G. H. Blowers and A. Turtle (Eds.). *Psychology moving East* (pp. 365-287). Boulder, CO: Westview.

Enriquez, V. G. (1993). Developing a Filipino psychology. In U. Kim and J. W. Berry (Eds.). *Indigenous psychologies: research and experience in cultural context* (pp. 152-169). Newbury Park, CA: Sage.

Geuter, U. (1992). *The professionalization of psychology in Nazi Germany*. New York: Cambridge University Press.

Hermans, J. M., and Kempen, H. J. G. Moving Cultures: the perilous problems of cultural dichotomies in a globalizing society. *American Psychologist*, 53, 1111-1120.

Ho, D. Y. F. (1988). Asian psychology: a dialogue on indigenization and beyond. In A. C. Paranjpe D. Y. F. Ho and R. W. Rieber (Eds.), *Asian contributions to psychology* (pp. 53-77). New York: Praeger.

James, W. (1904). Does consciousness exist? *Journal of Philosophy*, 1, 497-491.

Kim, U., and Berry, J. W. (1993). *Indigenous psychologies: research and experience in cultural context*. Newbury Park: Sage.

Kuper, A. (1999). *Culture: the anthropologist's account*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Meyer, M. F. (1921). *Psychology of the other-one: an introductory textbook of psychology*. Columbia, Mo.: Missouri Book Co.

Misra, G. (1996). Toward indigenous Indian psychology. *American Psychologist*, 51, 497-499.

Moghaddam, F. M. (1987). Psychology in the Three Worlds: as reflected by the crisis in social psychology and the move toward indigenous third-world psychology. *American Psychologist*, 42, 912-920.

Moscovici, S. (1972). Society and theory in social psychology. In J. Israel and H. Tajfel (Eds.), *The context of social psychology: a critical assessment*. (pp. 17-68). London: Academic Press.

Nsamenang, A. B. (1992). *Human development in cultural context: a third world perspective*. Newbury Park, CA: Sage.

Nsamenang, A. B. (1995). Factors influencing the development of psychology in sub-Saharan Africa. *International Journal of Psychology*, 30, 729-739.

O'Donnell, J. M. (1979). The crisis of experimentation in the 1920's: E. G. Boring and his uses of history. *American Psychologist*, 34, 289-295.

Oommen, T. K. (1991). Internationalization of sociology: a view from developing countries. *Current Sociology*, 39, 67-84.

Rieber, R.W. (2001). Wundt and the Americans: From flirtation to abandonment. In R. W. Rieber and D. K. Robinson (Eds.). *Wilhelm Wundt in history* (pp. 145-160). New York: Kluwer Academic.

Shweder, R. A. (2000). The psychology of practice and the practice of the three psychologies. *Asian Journal of Social Psychology*, 3, 207-222.

Sinha, D. (1997). Indigenizing psychology. In J. W. Berry, H. Poortinga, and J. Panday (Eds.), *Handbook of cross-cultural psychology*, vol. 1 (pp. 129-170). Boston: Allyn and Bacon.

Smith, L. T. (1999). *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books.

Smith, R. (1988). Does the history of psychology have a subject? *History of the Human Sciences*, 1, 147-177.

Sokal, M. M. (1981). *An education in psychology*: James McKeen Cattell's letters from Germany and England, 1880-1888. Cambridge, MA: MIT Press.

Staeuble, I. (2004). De-centering Western perspectives: Psychology and the disciplinary order in the first and third world. In A. C. Brock, J. Louw, and W. van Hoorn (Eds.), *Rediscovering the history of psychology*: essays inspired by the work of Kurt Danziger (pp. 183-205). New York: Kluwer.

Stompka, P. (1990). Conceptual frameworks in comparative inquiry: Divergent or convergent? In M. Albrow and E. King (Eds.), *Globalization, knowledge and society* (pp. 47-58). London: Sage.

Tinker, M. A. (1980). Wundt's doctorate students and their theses. In W. G. Bringmann and R. D. Tweney (Eds.), *Wundt studies* (pp. 269-279). Toronto: Hogrefe.

Wundt, W. (1909). Über reine und angewandte Psychologie. *Psychologische Studien*, 5,1-47.

Yang, -S. (1997). Indigenizing Westernized Chinese psychology. In M. (Ed.), *Working at the interface of cultures*: eighteen lives in social science (pp. 62-76). London: Routledge.

The background is a complex collage of various geometric shapes and patterns. It includes concentric circles, triangles, squares, and rectangles in shades of pink, red, blue, and grey. There are also lines, grids, and abstract patterns that create a sense of depth and movement. The overall style is modern and artistic, with a focus on geometric forms and color contrasts.

O Boletim do Portal História da Psicologia é uma publicação anual da Editora do Portal História da Psicologia, braço editorial do Portal História da Psicologia. O Boletim tem o objetivo de trazer materiais inéditos e reedições que colaborem com o debate acadêmico, a pesquisa, o ensino e extensão em história da psicologia. Este terceiro volume traz traduções, resenha e verbetes originais de temas relevantes e atuais para o contexto da psicologia contemporânea e o campo brasileiro de estudo em história da psicologia